

**A “SAGA” DOS RETALHEIROS:
UM ESTUDO SOBRE A INSTITUIÇÃO DA FEIRA DA
SULANCA NO AGRESTE PERNAMBUCANO**

*‘THE RETALHEIROS SAGA’:
A STUDY ABOUT THE ‘SULANCA’ MARKET
INSTITUTION IN THE AGRESTE OF PERNAMBUCO*

Annahid Burnett*

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o cenário onde se deu a instituição do fenômeno produtivo/comercial denominado Feira da Sulanca. Tal fenômeno emergiu durante o êxodo rural dos anos 1950, quando foi desenhada a divisão nacional do trabalho, tendo como exército industrial de reserva os imigrantes nordestinos. Alguns trabalhadores de procedência da região de Santa Cruz do Capibaribe encontraram no comércio de retalhos das fábricas do Brás uma estratégia para garantir sua reprodução social. Essas estratégias evoluíram em arranjos diferenciados resultando atualmente no Polo de confecções do Agreste de Pernambuco.

Palavras-chave: migração; retalheiros; nordestinos; comércio; sulanca.

* Mestre em Sociologia e Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande, Paraíba; e-mail: aburnett8@hotmail.com

ABSTRACT: *This paper aims to analyze the institution of the commercial/productive phenomenon called Feira da Sulanca. Such a phenomenon emerged during rural exodus in the 1950s, when the national division of work was shaped and having the immigrants from the northeast of Brazil as the industrial army of reserve. Some workers from Santa Cruz do Capibaribe in the Agreste region of Pernambuco state, northeast of Brazil, found as strategies for social reproduction, the commerce of fabric residues from textile industry in São Paulo. Those strategies evolved in different arrangements towards the cluster denominated Polo de confecção do Agreste de Pernambuco.*

Keywords: *migration; residues; northeasters; commerce; sulanca.*

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata de localizar o movimento das *migrações nordestinas* na década de 1950, em direção à metrópole industrial paulista, dentro do processo de formação econômica do espaço brasileiro, da reprodução ampliada do capital e da *divisão nacional do trabalho*. Esse processo se desenvolveu principalmente a partir das desigualdades regionais, tendo a região Nordeste como fornecedora do *exército industrial de reserva* para possibilitar a “revolução industrial” brasileira na região Sudeste. Salientaremos o contexto do êxodo rural *nordestino* nos anos de 1950 e a formação de uma *massa marginal*, nos termos de Nun (2000), e transformada em *retalheiros*, categoria observada em Gomes (2006).

A *Feira da Sulanca*¹ teve origem em Santa Cruz do Capibaribe situada na Mesorregião do Agreste pernambucano, a qual é uma região intermediária entre o Litoral/Mata de clima úmido e o Sertão semiárido e, mais especificamente na Microrregião do Alto Capibaribe, por abrigar a nascente do rio Capibaribe. Sendo uma região intermediária, a Mesorregião do Agreste é naturalmente bem diver-

¹ O vocábulo *Sulanca* supostamente originou-se das palavras *helanca*, referindo-se aos *retalhos* de tecido sintético usado nos anos 1960, os quais vinham do *Sul*. Portanto, *sul+helanca* = *sulanca*.

sificada, permeada de *brejos* de altitude, verdadeiros oásis que permitem a agricultura permanente, em meio a áreas de *caatinga* onde tradicionalmente se desenvolveu a pecuária extensiva para abastecer a região metropolitana, como observado em Manuel Correia de Andrade (2005). Geologicamente a Mesorregião do Agreste está situada no Planalto da Borborema em altitude média entre 400 a 800 metros, também conhecido como Serra das Ruças, região montanhosa no interior do Nordeste brasileiro e se estende pelos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas (IBGE, 2011). O município de Santa Cruz do Capibaribe dista de 180 km da capital do estado, Recife, e faz parte de um território tradicionalmente denominado de *Cariris Velhos*, com baixa densidade pluviométrica e solos rasos.

O fenômeno produtivo/comercial denominado *Feira da Sulanca* emergiu durante as décadas de 1950 e 1960, a partir do aproveitamento dos *retalhos* provenientes da indústria têxtil do Recife num primeiro movimento, e dos *retalhos* vindos dos rejeitos da indústria têxtil vindos de São Paulo, num segundo movimento, os quais se adicionaram aos usados *a priori*. Esses *retalhos* serviam de matéria-prima para as *costureiras* dos *sítios*, as quais produziam peças de roupas e cobertas emendando os retalhos para serem vendidas nas *feiras livres*, servindo como complementação da renda do *sítio*. A mão de obra era a familiar, a unidade produtiva o domicílio e a produção doméstica e artesanal. Essa unidade produtiva passou para a zona urbana seguindo as exigências tecnológicas da linha de produção, uma vez que os *retalhos* vindos do *Sul* demandavam maior tecnologia dos meios de produção e se tornou semi-industrial. Esse fenômeno se expandiu formando uma *rede nacional de parentesco e amizade* de arranjos produtivos e comerciais diferenciados e hoje é denominado de *Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco*.

2 A “SAGA” DOS RETALHEIROS ÀS MARGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS

Na *divisão nacional do trabalho* se constituíram espaços de *expulsão*, como a região de estiagem e de baixo dinamismo econômico

co onde está inserida a cidade de Santa Cruz do Capibaribe e entorno; e espaços de *atração*, que no contexto dos anos 1950 tinha como principal expressão a capital de São Paulo, polo industrial durante o segundo momento do *capitalismo dependente*, período em que se investiu na indústria de bens duráveis, no chamado “fordismo periférico”. Segundo Lipietz (1989) o *fordismo periférico* se desenvolveu a partir de uma estratégia denominada *substituição de importações*, utilizada pelos regimes populistas latino-americanos desde a crise mundial dos anos 1930. No caso do Brasil, a primeira etapa desse processo teve como marco o primeiro governo de Getúlio Vargas, que se utilizou da *acumulação* proveniente da agroexportação para patrocinar a aquisição de bens de capital do centro do capitalismo mundial e se buscou favorecer a indústria de bens de consumo por meio de uma política protecionista baseada em barreiras alfandegárias. O segundo momento da industrialização brasileira, esboçando características de um *fordismo periférico*, se deu no pós-guerra com a implantação da *substituição de importações* para bens duráveis. A intenção era de reproduzir o modelo central de produção e consumo, porém o que se deu foi um *fordismo incompleto*, na medida em que as condições sociais de trabalho não eram as mesmas, não havendo um proletariado formado e organizado como no centro, nem se estabelecendo uma institucionalidade afim com o paradigma fordista de produção, conforme analisada pela Escola da Regulação Francesa, na qual se inseriu a abordagem de Alain Lipietz. Portanto, de acordo com o autor o que resultou realmente daí foi um *subfordismo*, ou seja, uma caricatura do *fordismo central*.

Durante a década de 1950, os *migrantes nordestinos* quando chegavam a São Paulo já não mais se dirigiam à Hospedaria do Imigrante, no Brás, como nas décadas de 1930 e 1940, durante o primeiro momento do *capitalismo dependente*. A essa altura já tinham se configurado *redes sociais* no bairro do Brás, onde tudo havia começado. Com o avanço tecnológico urbano e agrícola, o mercado de trabalho exigia uma mão de obra mais qualificada, além do que, o mercado já estava saturado pelas *migrações* anteriores. As *migrações* passaram de solução a problema e os *migrantes nordestinos*

excedentes começaram a buscar alternativas de ocupação e de garantia de sua sobrevivência, como argumenta Sueli de Castro Gomes (2006). Foi assim que alguns dos *migrantes* oriundos do Agreste de Pernambuco passaram a catar os rejeitos das fábricas têxteis e inventar uma forma de comércio para garantir sua *reprodução social*, nos termos de Marx (1950). Assim começa a “saga” dos *retalheiros*.

A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo funcionou de 1888 até 1978. Ela cumpria três funções básicas: recepção, triagem e encaminhamento de trabalhadores estrangeiros e nacionais, neste caso, oriundos notadamente da região Nordeste, os quais eram inicialmente inseridos, prioritariamente, nas grandes propriedades produtoras de café, no interior do estado. Carolina Reis (2010) explica que o crescimento urbano de São Paulo está relacionado diretamente ao fenômeno migratório e este, aos processos de urbanização e industrialização. O fluxo migratório nacional de maior destaque foi o dos *nordestinos* para São Paulo. De acordo com a pesquisa de Baptista (1998), a participação dos *migrantes nordestinos* no total de imigrantes em São Paulo em 1950 era de 27,8%, em 1974 de 49%, em 1982 de 56% e em 1997 de 46%. Ângelo (1995) observa que existem mais de 200 pontos de encontro de *nordestinos* na capital paulista. Eles estão espalhados por toda cidade, incluindo os restaurantes e casas noturnas. A primeira casa do gênero a ser inaugurada foi o Forró de Pedro Sertanejo, no começo dos anos 1960. Os *nordestinos*², na maior parte, residem nos centros deteriorados, nos cortiços, nas diversas favelas da metrópole, por serem estas alternativas de moradia barata. Em razão dos preços baixos dos terrenos, eles se submetem a loteamentos clandestinos, áreas insalubres e de risco, e conjuntos habitacionais. Segundo pesquisa Datafolha, 2004, 41% dos moradores da área Sé/Brás são *nordestinos*, o maior índice das áreas pesquisadas.

A mobilidade espacial de trabalhadores sob o capitalismo ganha em Marx (1950) uma abordagem histórica e mais ampla. O autor argumenta que os *nômades do proletariado* são recrutados no campo, embora suas ocupações sejam em grande parte industriais. Segundo

² Reduccionismo aplicado aos imigrantes retirantes da seca atraídos pelo polo industrial centralizado em São Paulo, termo usado até hoje e que produziu uma imagem generalizante dos habitantes da região Nordeste.

o autor, se referindo à Inglaterra do século XIX, trata-se da *infantaria leve do capital* seguindo as necessidades do momento, tanto em um ponto do país, como em outro. Quando a *infantaria* não está em marcha, ela acampa. Nós a utilizamos na construção, nas operações de drenagem, na fabricação de tijolos, no cozimento de cal, na construção das ferrovias, etc. *Coluna móvel da pestilência* semeia pelo caminho, nos lugares onde monta acampamento e arredores, doenças contagiosas. Quando essas empresas, como as de construção de ferrovias exigem um forte avanço do capital, é geralmente o empresário que fornece a seu *exército as tendas para o acampamento* ou alojamentos análogos, vilas improvisadas, sem nenhuma medida de salubridade, fora da vigilância das autoridades locais, mas fonte de grande lucro para o empresário, que explora seus trabalhadores como *soldados da indústria* e como locatários. Karl Polanyi (2000, p. 58), na sua obra *A Grande Transformação*, também comenta que as condições sociais da Revolução Industrial formaram “um verdadeiro abismo de degradação humana”. Os trabalhadores se amontoavam nas chamadas *cidades industriais da Inglaterra* as quais desumanizavam o povo da zona rural em habitantes de bairros improvisados e desintegram as famílias. Houve uma *desarticulação social* simultânea a um vasto *movimento de progresso econômico*. De acordo com o autor: “Um novo credo totalmente materialista o qual acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais”.

Voltando ao momento da industrialização brasileira, conforme Paul Singer (1990), o motor das *migrações internas* foram as *desigualdades regionais internas*, as quais acompanharam a industrialização das regiões mais desenvolvidas. A *divisão regional do trabalho* passou a expressar uma interdependência entre as regiões. Estabeleceu-se uma subordinação econômica das regiões que exportavam matéria-prima e mão de obra, o *exército de reserva*, e importavam os produtos industrializados de outra região.

Como esclarece Florestan Fernandes (1981), a sociedade brasileira foi fruto do projeto português dentro da expansão do mundo ocidental, o qual foi resultado da crise medieval europeia e culminou

com a colonização das terras brasileiras, seguindo o modelo do regime estamental, através da monocultura agroexportadora, da mão de obra escrava e da expropriação colonial. Em seguida, o Estado nacional independente seguiu o mesmo modelo, transformando os “senhores rurais” numa “aristocracia agrária” e transferindo os laços de submissão colonial de Portugal para a Inglaterra. Essa elite rural controlava as estruturas sociais e econômicas seguindo as necessidades do mercado mundial e continuando com a dependência ao movimento capitalista central. Dentro deste contexto, Manuel Correia de Andrade (2005) observa que a colonização do Nordeste começou no século XVI, pelo litoral, onde a monocultura canavieira foi implantada para abastecer os reinos europeus, baseada numa cultura escravocrata da grande plantação. A expansão da colonização para o interior do Nordeste se deu a partir do momento em que as terras do litoral já estavam ocupadas com a cana de açúcar, sem espaço para o rebanho. Gilberto Freyre (2004) já se referia ao Nordeste no plural: o Nordeste agrícola e o Nordeste pastoril.

Esse período da colonização do Nordeste foi identificado tradicionalmente como: *Complexo Econômico do Nordeste*, segundo Guimarães Neto (1997). Tratou-se de um momento de consolidação de uma estrutura econômica e social constituída de vários segmentos exportadores. Estes – associados a algumas atividades econômicas mais voltadas para o mercado interno, inclusive a atividade pecuária que, a partir de determinado momento, passou a ter dinâmica própria – revelaram intensa capacidade de absorção de força de trabalho. O processo de povoamento e colonização do território que viria a constituir o Nordeste se estabeleceu com base na exploração da cana de açúcar, entre outras atividades exportadoras, no início a partir do trabalho escravo. Tais atividades foram seguidas em fases sucessivas pela produção de algodão, fumo e cacau, entre outras, voltadas ao mercado externo. Teve na pecuária e na agricultura de subsistência atividades que tornaram a economia e a sociedade regional mais densa e complexa. Ainda de acordo com o autor, essa foi a fase na qual se consolidou a gênese da região Nordeste (também do Brasil), como região periférica, tendo se desenvolvido,

inicialmente, como parte do movimento mais geral de expansão do *capitalismo mercantil*, na aurora mesmo do capitalismo e da economia-mundo centrada na Europa, com funções muito precisas de uma colônia e no quadro mais geral da *divisão de trabalho* que começou a se consolidar, o que Fernando Novais (1979) chama de *sistema colonial do mercantilismo*, entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial. Caracterizou-se por relações comerciais cada vez mais intensas e desiguais entre um polo metropolitano e outro colonial, consolidando, então, a forma capitalista de organização da produção, aprofundando, assim, as relações capitalistas. Seguindo a explanação do autor, tal sistema colonial baseado no monopólio comercial instituiu relações de subordinação e dependência entre a metrópole e a colônia. O Nordeste consolidou-se, então, como uma periferia da economia capitalista e a ela se atrelou pela transferência de parcela relevante dos excedentes gerados no seu interior. As atividades que definem a dinâmica da economia colonial, baseadas na apropriação do território e na consolidação da exploração, a partir da grande propriedade e do trabalho escravo, marcaram as relações sociais de produção. Essa condição de periferia dentro do mercado internacional conferiu ao Nordeste a categoria de *produtor marginal* com crescente instabilidade de sua demanda.

Essas bases do *desenvolvimento*, na observação de Pochmann (2008), tiveram origem na força do *localismo*, associado aos *ciclos de produção para a exportação*, responsável pela constituição de *agrupamentos regionais* que funcionavam com baixa relação mercantil interna. Portanto, a cada *ciclo econômico* como o do açúcar na região Nordeste, entre outros, houve um tipo de processo cumulativo que permitiu aprofundar a *divisão do trabalho* ao longo da economia colonial. Dessa forma, a fronteira territorial se moveu em função dos avanços econômicos que permitiram a ocupação de outros espaços regionais, formando uma estrutura econômica dependente da dinâmica externa e da produção de monocultura em grandes propriedades e do uso do trabalho forçado. Mesmo depois da independência do Brasil, em 1822, essa trajetória de constituição de *núcleos de distintas atividades econômicas* vinculadas às exportações nos espaços

regionais, continuou coexistindo sem resultar na integração nacional. Ou seja, a produção e as ocupações se desenhavam em formas de *enclaves determinados exogenamente* e sem maiores conexões internas, sem promover autonomia no *desenvolvimento* e com aprofundamento da heterogeneidade estrutural. Prevalciam, então, os *complexos locais* comandados por *oligarquias regionais* vinculadas ao exterior, sem o funcionamento do mercado nacional de trabalho, caracterizando o que ele chama de *arquipélago regional*.

Porém, do fim do século XIX ao começo do século XX, observa Guimarães Neto (1997), houve um dinamismo na região onde se concentrava a produção e a exportação de café, no Sudeste do país. Ao mesmo tempo, uma crise profunda no setor exportador nordestino forçou, então, uma mudança de estratégia dos produtores canavieiros para uma *articulação comercial* com a economia emergente do complexo cafeeiro, passando a internalizar parte de seus excedentes. Este foi o primeiro passo do Nordeste para sair do isolamento para uma *articulação comercial* em direção ao mercado interno brasileiro. Os grupos hegemônicos no cenário da economia nacional se apropriaram dos lucros desses excedentes e constituíram reforço especulativo recriando e reproduzindo relações arcaicas de produção no interior do Nordeste. As vendas de açúcar no mercado interno pularam de 10 mil toneladas em 1870 para 185 mil em 1928. Assim, no começo do século XX, salienta Pochmann (2008), com a Depressão de 1929, o modelo primário-exportador que prevalecia desde os tempos coloniais entrou em crise profunda, enterrando consigo as regras básicas de convivência que derivavam de uma verdadeira *confederação de oligarquias locais*. A Revolução de Trinta terminou construindo um *padrão politizado da acumulação de capital* que resultou de uma importante concentração e centralização do poder local no Estado central. Com a adoção do projeto de industrialização e urbanização, a economia nacional teve condições de romper com a situação de maior dependência externa. Entre 1930 e 1955, a industrialização nacional permaneceu ainda restringida pelas exportações de produtos primários, tendo em vista os esforços internos para substituir as importações de produtos industriais mais elaborados.

A partir de 1956, com o Plano de Metas do governo JK (1956/61), o país avançou rapidamente na sua industrialização, conseguindo completá-la durante a década de 1970, com a adoção do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1974/78). A integração social e econômica alcançada no plano nacional foi produto da recorrente continuidade das políticas macroeconômicas, comprometidas com a expansão da industrialização, nos mais distintos governos que se seguiram, inclusive nos períodos autoritários (1937/45 e 1964/85). A integração nacional transcorreu fortemente marcada pela elevada concentração regional da estrutura produtiva. A região Sudeste absorveu a maior parte dos investimentos produtivos, sendo responsável pela maioria da produção de bens industrializados voltados ao mercado interno nacional. O projeto nacional de *desenvolvimento* viabilizou-se pela reprodução politicamente forçada na heterogeneidade, assentado na regra da desigualdade como estratégia de viabilização política, segundo Pochmann (2008). Sendo assim, acreditamos que a região Sudeste, mais especificamente São Paulo, funcionou como uma espécie de *Império da industrialização nacional*, tendo no Nordeste o *reservatório de mão de obra* abundante, na expressão de alguns estudiosos, resultando do movimento maior de crescimento do mercado interno nacional.

Na observação de Francisco de Oliveira (1977), o desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo foi capaz de redefinir a *divisão regional do trabalho* na economia brasileira ou, mais rigorosamente, começou a forjar uma *divisão regional do trabalho nacional*, em substituição ao “arquipélago” de economias regionais até então existentes, determinadas, sobretudo, pelas suas relações com o exterior. A imbricação Estado-burguesia industrial da “região” Sudeste formou o centro capitalista nacional e criou, pelo próprio movimento diferenciado da reprodução do capital, uma estrutura social que começava a se diferenciar e a se polarizar e este duplo movimento deu lugar à emergência de uma estrutura de poder.

Para Singer (1990), a integração do espaço brasileiro, por meio de ferrovias e rodovias, acelerou e estimulou a *migração* intrarregional, aumentando deliberadamente o número de *nordestinos*

em São Paulo. O pesquisador explica que outros elementos também contribuíram para a expansão dessa *migração*, como a política migratória, em 1930, para a qual Getúlio Vargas propôs uma lei de cotas que desestimulava a imigração externa – decreto que limitava em 1/3 o número de trabalhadores estrangeiros por empresa, fato que levou os trabalhadores nacionais a superarem em contingente os estrangeiros na composição da classe operária. Os migrantes *nordestinos* incentivados pelo Estado se alojavam na mesma estrutura que muito foi usada para a recepção dos imigrantes estrangeiros, a Hospedaria dos Imigrantes. O prédio de grandes proporções, com capacidade de alojar cerca de 4 mil pessoas, testemunha a política pública de incentivo ao fluxo, de modo a favorecer a arregimentação de mão de obra barata para suprir o rápido crescimento da cafeicultura, embora muitos tenham passado a ficar na capital para atender as necessidades urbanas em expansão. Na Hospedaria, os *nordestinos* pernoitavam por um ou dois dias, sendo submetidos a uma triagem que consistia em verificar seus documentos, suas condições de saúde e definir o local de destino.

A pesquisa de Carolina Reis (2010) mostra que para atender às necessidades dos cafeicultores, o Estado criou, em 1939, o Departamento de Imigração e Colonização, vinculado à Secretaria de Indústria e Comércio. O objetivo era o de conduzir ao estado paulista cem mil *nordestinos* e mineiros. Há uma queda nesse fluxo na década de 1940, em virtude de um novo ciclo extrativista da borracha na Amazônia. Essa diminuição continua em 1950, pois tanto a economia cafeeira declinou como as necessidades econômicas de São Paulo se transformaram. Portanto, acreditamos que quando o êxodo rural se deu no Nordeste, durante as estiagens prolongadas da década de 1950, encontrou esse contexto de saturação e exigências de mercado. De acordo com Bosco e Jordão Neto (1967), a partir de 1952 houve uma alteração no quadro de registros desses migrantes, que não necessariamente passavam mais pela Hospedaria porque já tinham outros pontos de apoio, como os familiares. A orientação de encaminhar a mão de obra para o interior deixa de existir e os migrantes acabam permanecendo na capital, pois o quadro econômico

era outro e a situação no campo também havia mudado: em 1965, começa a vigorar o Estatuto do Trabalhador Rural e não há mais interesse em atrair gente para morar no campo, os expulsos se transformam em *boias-frias*, que vão engrossar as periferias da cidade. Dessa forma, alguns dos *nordestinos* agrestinos que chegaram ao Brás nas décadas de 1950 e 1960 se transformaram em *retalheiros*.

O bairro do Brás é um antigo bairro industrial e operário da cidade de São Paulo, onde se localiza o comércio de *retalhos* e resíduos. É no Brás que se concentram as indústrias e lojas de confecções, que vendem no atacado e no varejo e abastecem as “sacoleiras” e “sacoleiros” de todo país, como argumenta Gomes (2006). Dessa forma, acreditamos que foi justamente nos “bastidores” das antigas indústrias têxteis que surgiram os *retalheiros*, se nutrindo das toneladas de resíduos de confecções e *retalhos* através de um comércio para as costureiras da Grande São Paulo e para as *sacoleiras*. Porém, a maior parte desta “mercadoria” passou a ser levada para Santa Cruz do Capibaribe e entorno, para ser transformada em peças improvisadas de cobertas e vestimentas para uma população de baixa renda. Essa transformação estabeleceu uma interação comercial entre as duas regiões e a estruturação de redes de pessoas e produtos que passaram a depender desse comércio.

De acordo com a pesquisa de Rabossi (2008), existem várias versões sobre as origens da *Sulanca*. Segundo o pesquisador, a produção de *Sulanca* começou em Santa Cruz do Capibaribe na década de 1950 com a confecção de colchas de retalhos. Esses retalhos e telas, no início, vinham do Recife, trazidos por comerciantes que vendiam seus produtos em Santa Cruz. Depois, com a expansão do sistema nacional de estradas e rodagens, os retalhos começaram a chegar de São Paulo, provenientes dos descartes da indústria têxtil e de confecções paulistanas. O autor observa que o primeiro *nordestino* que trabalhou com *retalhos* foi seu Otávio, que se estabeleceu em São Paulo em 1960 com um restaurante. Então, lá ele conheceu alguns espanhóis que lhe iniciaram nesse comércio. Na realidade, foram alguns imigrantes espanhóis, durante a década de 1940, que começaram a aproveitar os resíduos da indústria têxtil paulistana na confecção de estopa para

limpeza de barcos e para estofados da indústria de moveis. Seu Otávio começou a coletar e revender os rejeitos para os espanhóis. Depois, incluiu seus familiares no negócio e, então, alguns empregados. Seu cunhado entrou como sócio e mais tarde se desmembrou, constituindo seu próprio negócio. Posteriormente, passaram a enviar os *retalhos* para Santa Cruz do Capibaribe para ser utilizado na confecção. De acordo com esta versão, os *retalhos* eram levados por caminhoneiros que retornavam depois de despachar sua carga e posteriormente por ônibus fretados por comerciantes denominados de *sacoleiros*. Observamos aqui que o resíduo virou *mercadoria*, deixou de ser descartado e doado e passou a ser comercializado.

A respeito da *mercadoria*, Marx (1950) afirma que a riqueza das sociedades capitalistas representa uma “imensa acumulação de *mercadorias*”. A *mercadoria* significa um objeto exterior, algo que por suas propriedades satisfaz algumas necessidades humanas de alguma forma, quer sejam de origem fisiológica ou do desejo, sua natureza não muda a essência, seja o apetite do corpo ou do espírito. A utilidade de um objeto faz dele um *valor de uso*. O que faz o *valor* natural de um objeto é a propriedade que ele tem de satisfazer as necessidades ou as conveniências da vida humana. Mas, esta utilidade determinada pelas propriedades do corpo da *mercadoria*, tal como o ferro, o diamante, é consequentemente um *valor de uso* e é o *trabalho concreto* do homem que determina as qualidades da sua utilidade. Quando é uma questão de *valor de uso*, subentendemos sempre uma quantidade determinada, como uma tonelada de ferro ou uma dúzia de relógios. Os *valores de uso* só se realizam no uso da consumação. Dentro da sociedade capitalista eles são ao mesmo tempo o sustento material do *valor de troca*. O *valor de troca* aparece primeiramente como uma relação quantitativa, como a proporção da qual os *valores de uso* de espécies diferentes se trocam um pelo outro. O *valor* consiste na *relação de troca* que se encontra nas coisas, entre uma medida de uma proporção e tal medida de outras, *relação* que muda constantemente com o tempo ou lugar. O *valor de troca* parece algo arbitrário e puramente relativo, intrínseco, que imana da *mercadoria*, parece mais um contrassenso. Uma vez que tiramos o *valor de*

uso das mercadorias, só lhes resta uma qualidade, aquela do *produto do trabalho*. O tempo socialmente necessário à produção das *mercadorias* é o exigido em todo *trabalho*, executado com o grau médio de habilidade e de intensidade e dentro das condições que, em *relação ao meio social* são normais. É, portanto, a quantidade de trabalho ou o tempo de *trabalho socialmente necessário*, numa dada sociedade, à produção de um artigo, que se determina sua quantidade de *valor*. A quantidade de *valor* de uma *mercadoria* varia, então, em razão direta da quantidade e em razão inversa da *força produtiva do trabalho* que se realiza nele. Ou seja, quanto maior é a *força produtiva do trabalho*, menor é o tempo necessário à produção de um artigo e menor é a *massa de trabalho cristalizada* nele, menor é o seu *valor*. Inversamente, quanto menos *força produtiva de trabalho*, mais *tempo socialmente é necessário* à produção de um artigo, maior é o seu *valor*. Portanto, a substância do *valor* é o *trabalho* e a medida da sua quantidade de *valor* é a duração do *trabalho*, estabelecida *socialmente*. Para produzir *mercadorias*, deve-se produzir *valor de uso*, mas, *valor de uso* para os outros, *valores de uso sociais*. Nenhum objeto pode ter um *valor* se ele não for útil. Se ele é inútil, o *trabalho* nele contido é investido inutilmente e conseqüentemente não cria *valor*. Logo, os *retalheiros* e *sulanqueiros* encontraram um *valor de uso social* para o que era considerado descarte, resíduo, lixo, conseqüentemente, sem *valor*. Esse produto se transformou em *mercadoria*, adquirindo, assim, *valor de uso* e *valor de troca*, para satisfazer as necessidades de uma *massa marginal* resultado da superexcludência peculiar ao nosso *capitalismo dependente* latino-americano, na fase considerada como *fordismo periférico*, dentro da dinâmica mais ampla de *acumulação* do capitalismo central e periférico.

Então, esse era o contexto da realidade econômico-social do Nordeste da década de 1950, que é a época relevante ao nosso estudo. A década de 1950 foi particularmente complicada para o Nordeste. Duas grandes secas marcaram esse período – a de 1952/1953 e a de 1958 – aprofundando, assim, o estigma de região fadada ao *subdesenvolvimento*. O descaso público era notório e o desemprego, a fome e a mortalidade infantil se acentuavam. Enquanto isso, o

Sudeste registrava um *desenvolvimento* industrial ascendente e uma economia em expansão dentro da fase mais importante da industrialização brasileira, quando o Estado resolve investir na produção de bens duráveis, o então chamado *fordismo periférico*. O único órgão federal atuante no interior do Nordeste naquele momento era o Departamento Nacional de Obras contra a Seca – DNOCS, que se ocupava de tudo, das construções de barragens, pontes, a obras de emergência e paliativas. Porém, não existiam políticas públicas para o *desenvolvimento* da região.

Foi, dessa forma, que em 1957 o governo federal, pressionado pela sociedade civil, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, entidade ligada diretamente à Presidência da República, responsável pela elaboração de um plano de trabalho em favor da região e comandado por Celso Furtado. O GTDN realizou um minucioso levantamento das questões regionais, que foi a base da criação da SUDENE em 1959. Dentro desse contexto, Tânia Bacelar (2000) argumenta que o relatório do GTDN, coordenado por Celso Furtado, constatou que até a década de 1950 a característica mais importante da base produtiva instalada na região era seu fraco dinamismo. Enquanto a indústria comandava o crescimento econômico no Sudeste, o velho setor primário-exportador implantado no Nordeste dava mostras de sua incapacidade para continuar impulsionando o *desenvolvimento* econômico. Por isso, uma das propostas centrais do relatório era estimular a industrialização do Nordeste, como forma de superar as dificuldades geradas pela velha base agroexportadora nordestina.

Porém, as ações da SUDENE melhoraram os índices econômicos sem promover grandes avanços no âmbito social. Na realidade, apesar de ter sido criado em 1959, o seu primeiro plano diretor só foi aprovado pelo Congresso em 1961. Para Francisco de Oliveira (1977), a SUDENE não passou de uma “intervenção planejada”, numa tentativa de controlar o conflito de *classes*. O órgão tinha o poder de criar empresas com isenções alfandegárias e de impostos. Compunha uma lista de barganhas legais que refletiam estratégias com o intuito de transformar parte da *mais-valia* apurada pelo Esta-

do, nas formas de impostos e taxas em *capital*, transformando essa riqueza em pressupostos da nova produção.

Considerando, portanto, toda esta argumentação teórica e contexto histórico no qual se desenvolveu a “saga” dos *retalheiros*, nós verificamos que tanto os *retalheiros* como os *sulanqueiros* são resultado de uma mesma *massa marginal* criada a partir da realidade econômico-social dos anos 1950 e 1960, fazendo parte do movimento mais amplo de *acumulação* do capitalismo mundial, porém fruto da nossa realidade latino-americana, e, assim sendo, com funcionalidades específicas ao nosso processo de *acumulação* dentro do período do *fordismo periférico*. Ou seja, o processo de *acumulação* do nosso *capitalismo dependente* latino-americano gerou um *polo marginal*, apresentando instabilidade, recursos residuais, rendas reduzidas, características do *setor informal*, que evoluiu com o tempo em arranjos diferenciados dando lugar ao que hoje denominaram de *Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco*.

Para melhor compreensão dessa transformação de *retalhos* em *mercadoria* precisamos investigar o contexto da indústria têxtil no Nordeste e no Sudeste nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

3 A “SAGA” DOS *SULANQUEIROS* ÀS MARGENS DA INDÚSTRIA TÊXTEL E DA ECONOMIA NORDESTINA

Observamos na História que a indústria têxtil foi o carro-chefe da Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII. A própria obra de Marx e Engels foi devidamente calcada nas análises baseadas neste setor, tendo como laboratório de pesquisa a indústria de fiação, a qual foi herdada por Engels, em Manchester no Reino Unido. O grande marco das invenções tecnológicas da época, além da máquina a vapor de James Watt em 1769, foi o advento das máquinas de tecidos e o início da indústria têxtil: a lançadeira automática de John Kay (1733); a máquina hidráulica de Richard Arkwright (patenteada em 1769 e 1775); o tear de Samuel Crompton (1779), depois aperfeiçoado por Reith e outros; o tear mecânico de Edmund Cartwright (primeira patente, 1785), como ilustra Hobsbawn (1988).

Para Polanyi (2000 p. 59), “nenhuma causa única merece ser destacada da cadeia e colocada à parte como *a* causa daquele acontecimento súbito e inesperado.” Segundo o autor, além da invenção das máquinas, várias causas ocasionaram a Revolução Industrial: a expansão dos mercados, o carvão, o ferro, a indústria do algodão, os cercamentos do século XVIII na Inglaterra que expulsaram os camponeses das terras comuns para as cidades e as instituições livres também contribuíram com tal Revolução.

A principal matéria-prima para esta indústria é o algodão, fibra têxtil da semente do algodoeiro. As fibras crescem em quantidade considerável, aderidas às sementes e encerradas numa cápsula, vulgarmente também chamado “maçã”, que se abre ao amadurecer. A preferência por esta fibra se dá ao fato de ser mais barata, não requer preparação mecânica nem tratamento químico custoso, ser lavável e mais resistente que a lã. A semente do algodão constitui um subproduto muito apreciado por seu azeite comestível e pela farinha que resulta da moagem de seu resíduo usado na alimentação do gado e como fertilizante.

Já se cultivava algodão na Índia quinze séculos a.C. e se fabricavam tecidos com suas fibras. Mil anos mais tarde, os chineses teciam panos de algodão. Nessa época, o algodão não era conhecido pelos europeus, que usavam a lã como fibra têxtil comum. Foi Alexandre o Grande que o introduziu na Europa no século IV a.C. e seu uso durante muito tempo foi extremamente restrito. Em 1801, a indústria de vestimentas na Europa consumia 78% de lã, 18% de linho e 4% de algodão. Um século depois, as proporções eram de 20% de lã, 6% de linho e 74% de algodão, como observado em Hobsbawn (1988).

Karl Polanyi (2000, p. 55) enfatiza o desenvolvimento da indústria lanígera como recurso utilizado pela Inglaterra para estabelecer a indústria têxtil, que, segundo o autor foi o “veículo da Revolução Industrial”. Fato suficiente para “identificar a mudança da terra arável para a pastagem e o movimento de cercamento que a acompanhou como a tendência do progresso econômico”. E para quê servia esse movimento de cercamento das terras? De acordo com o autor, os senhores de terra consideravam mais lucrativo transformar as terras aráveis em pastagens para criar carneiros e, assim, poder

umentar a produção de lã. Estabelece-se, então, um conflito entre os *costumes* de uso comum da terra e as transformações econômicas.

Quando o colonizador português aqui chegou, o algodão já era cultivado, fiado e tecido. Com algodão os índios fabricavam redes e algumas peças da indumentária. As exportações de algodão desta colônia portuguesa começaram no século XVI. Durante o período colonial, as autoridades portuguesas não permitiam as atividades manufatureiras, acreditando que a capacidade produtiva mais importante eram as *mercadorias* para a exportação: o pau-brasil no século XVI, o açúcar no século XVII e ouro, prata e pedras preciosas no século XVIII. Quando da transferência da família real para o Brasil em 1808, houve a abertura dos portos e a instituição de isenções aduaneiras para as indústrias, mas as taxas de exportação *ad valorem* favoreciam a concorrência dos ingleses, os quais gozavam de taxas de 15%, enquanto os portugueses de 16% e os demais países de 24%. Na explanação de Magnoli Demétrio (1997), as relações entre o Império português e o britânico evoluíram em função do comércio escravista. Os tratados de 1810 resultaram num acordo diplomático no qual o Império português cedeu a sua soberania em troca da manutenção do tráfico de escravos. Em contrapartida o Reino português receberia suporte e proteção à dinastia de Bragança. A não renovação dos tratados em 1844 representou a supressão do tráfico negreiro. A Lei Alves Branco tomou o lugar dos tratados de comércio, aumentando a taxação dos produtos importados e, com isso, viabilizando as próprias finanças públicas. Ana Cláudia Costa (2004) ressalta que naquela época o setor têxtil permitido no Brasil operava em pequenas unidades destinadas à produção de tecidos grosseiros para vestir os escravos e para sacos de açúcar, pois ficava mais barato fabricar aqui do que importá-los.

“O algodão operou, após meados do século XVIII, verdadeira revolução agrária no Nordeste”, assim se refere Manuel Correia de Andrade (2005, p. 157) à cultura do algodão na região. Esta cultura autóctone torna-se um dos principais cultivos agrícolas do Nordeste até recentemente na História. Segundo o autor, os principais fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento foram: o aumento do

consumo pela população de tecidos ordinários chamado de “algodãozinho”; a Revolução Industrial com sua máquina a vapor e seu emprego na indústria têxtil na Inglaterra; a abertura dos portos em 1808 e eventos políticos como a Guerra da Secessão, nos EUA, que eliminou os concorrentes na cena internacional por algum período. O pesquisador conclui que “desde 1750 até 1940 o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana de açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços” (p. 158). Foi a partir de 1750 que o governo criou uma Inspeção do Algodão, depois transformada em Alfândega do algodão, destinada a fazer o exame e a classificação do produto destinado à exportação. O algodão nativo do tipo arbóreo já era cultivado primitivamente e produzia por um período de três a quatro anos. O desenvolvimento desta cultura aumentou no início do século XIX quando se começou a retirar o óleo da semente do algodão. Depois se ampliou mais ainda com a abertura dos portos, quando da ligação direta de Recife com o comércio inglês e depois o francês, obtendo-se preços elevados para a exportação do produto. Em meados do século XIX, mais precisamente na década de 1841-50, mudas de algodão herbáceo, vindas dos Estados Unidos, foram introduzidas e adaptadas ao Agreste e Sertão pernambucano. Houve então um *boom* algodoeiro, atingindo seu ápice durante a Guerra de Secessão (1861-64), permitindo a mobilidade social de muitas pessoas.

Argemiro Brum (1998) explica que a Guerra de Secessão (1861 – 1865) desorganizou as lavouras de algodão do Sul dos Estados Unidos e isso levou a Inglaterra a procurar o Brasil para se tornar fornecedor desta matéria-prima. O restabelecimento das relações entre os Estados Unidos e a Inglaterra depois da guerra afetou o mercado de algodão no Brasil a nível mundial e interno. Vemos em Stanley Stein (1979) que a abundância de algodão a preços baixos na segunda metade do século XIX favoreceu as manufaturas têxteis do país. Porém, ao mesmo tempo, o fornecimento era muito irregular, pois ficava a mercê dos corretores nordestinos que na maioria das vezes preferiam exportar. Outro fator preponderante para que a indústria têxtil se proliferasse no Nordeste, notadamente no Reci-

fe, ressaltado por Eduardo Pinheiro da Silva (1999), era a existência prévia da infraestrutura criada pelos ingleses da *Great Western* para escoar a produção açucareira, a qual foi aproveitada para o transporte do algodão. Ana Cláudia Costa (2004) acrescenta que outro fator favorecendo o binômio algodão/indústria têxtil no Nordeste foi o fato de os latifundiários descobrirem que os resíduos da cultura do algodão era uma solução para a ração do gado em período de estiagem. Considera-se, também, que o cultivo do algodão no Nordeste era uma cultura mais democrática do que a canaveira, visto que podia ser produzida por pequenos e grandes proprietários. Durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, houve uma intensificação da produção têxtil nacional pela substituição dos tecidos estrangeiros pelos brasileiros. Na década de 1920 houve grandes investimentos no setor têxtil pernambucano na intenção de manter o mercado conquistado durante a guerra. Porém foi atingida pela depressão mundial na década de 1930.

Mas, como era a indústria têxtil em Pernambuco na década de 1940, quando começou a se configurar o comércio de *retalhos* entre Recife e Santa Cruz do Capibaribe? A pesquisa de Philip Gunn (2005) sobre a industrialização brasileira mostra que a indústria têxtil se estabeleceu no Recife no fim do século XIX, primeiramente com a Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, a “Fábrica da Torre”, em 1884. Na década de 1890, início do período republicano, com novos ativos industriais na bolsa de valores, houve a instalação da Companhia Têxtil de Aninhagem, no bairro central de São José. Ao mesmo tempo, na área de Paulista, periferia norte do Recife, a família Lundgren instalou a Companhia de Tecidos Paulista, originando um grande núcleo fabril com mais de seis mil casas de propriedade da fábrica, que ficou conhecida pelo Brasil afora pela representação das Casas Pernambucanas, rede de lojas de tecidos, durante todo o século XX. Em 1891, a Companhia Industrial Pernambucana, conhecida no Recife como a “Fábrica de Camaragibe”, iniciou suas operações no subúrbio do mesmo nome a noroeste da capital. Posteriormente, em 1893, deu-se início à Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna, cidade da Zona da Mata Norte de Pernambuco, no

caminho para João Pessoa, na Paraíba. Em 1895, foi a vez do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A., em Apipucos, bairro do Recife, mais conhecida como a “Fábrica da Macaxeira”. A Societé Cottonnière Belge-Brésiliene abriu fábricas têxteis em pequenas cidades no entorno da capital, como Moreno, a oeste do Recife, no ano de 1908 e, em 1911, em Timbaúba, Zona da Mata Norte do estado. Nos anos 1920, a Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, no bairro central de Santo Amaro, no Recife e o Cotonifício José Rufino, no Cabo, sul do Recife, em 1926, como também, a Fábrica da Tacaruna, entre Recife e Olinda, em 1924, e a Fábrica Iolanda, em Jequiá, distrito do Recife, em 1937. Verificamos, então, que a produção têxtil era intensa no Recife durante a primeira metade do século XX.

O trabalho de Ana Cláudia de Arruda Costa (2004), *Os efeitos da abertura da economia brasileira na indústria têxtil de Pernambuco: um estudo da década de noventa*, explica que o setor passou por diversas crises iniciadas na década de 1950 e prolongadas até os anos 1980 e 1990. A pesquisadora atribui ao fato de que a indústria têxtil pernambucana, apesar de ter sido pioneira e bem estruturada, não conseguiu acompanhar a modernização tecnológica do setor como aconteceu no Sudeste, mais especificamente São Paulo, levando a disparidades econômicas regionais entre as regiões Nordeste e Sudeste até hoje existentes.

A pesquisa de Philip Gunn (2005) aponta para a formação do parque industrial têxtil em São Paulo também no fim do século XIX. Os bairros do Brás, Mooca, Belenzinho, o leste do Ipiranga e o sudeste do antigo centro da cidade através do vale do Tamanduateí foram as principais localidades para as instalações da nova indústria. Uma das primeiras fábricas têxteis foi a “Fábrica Santana”, em 1889, no início do período republicano, na parte leste da cidade, na Mooca, para a produção de sacos para café e açúcar e, posteriormente, para a produção de cobertores. Em 1908 esta empresa se transformou na “Companhia Nacional de Tecidos de Juta”. No início do século XX o grupo industrial Matarazzo fundou no Brás as “Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo”, em 1900. Em 1904, o mesmo grupo fundou a “Fábrica de Tecelagem Mariângela”, também no Brás. Em 1935, ain-

da no mesmo bairro, o grupo Matarazzo comprou uma firma de tecelagem de seda que foi chamada de “Tecelagem Brasileira de Seda”. Dessa forma, constatamos que a indústria têxtil na década de 1940 no Brás estava em plena expansão.

Verificamos, então, através da bibliografia especializada e dos depoimentos dos protagonistas da *Feira da Sulanca* que houve dois movimentos impulsionando a instituição deste fenômeno produtivo-comercial, ambos atrelados aos rejeitos produzidos pela indústria têxtil da época. Primeiramente, muito provavelmente a partir do fim da década de 1940, os *retalhos* eram trazidos principalmente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, a “Fábrica da Macaxeira”, no Recife, mas também da “Fábrica de Camaragibe” e da “Fábrica da Torre”, para serem vendidos para o uso doméstico em Santa Cruz, nas *bodegas*, por comerciantes, os quais levavam galinhas, queijos e carvão vegetal para vender no Recife e outros que traziam *retalhos* e levavam algodão para o Recife. Posteriormente, provavelmente ainda na década de 1950, os *retalhos* começaram a ser trazidos também de São Paulo, quando houve a expansão na produção de roupas populares, já nas décadas de 1960 e 1970. Hoje alguns dos principais atacadistas da região são filhos desses pioneiros.

A pesquisa de Glauce Campello (1983, p. 36), para sua dissertação de mestrado intitulada *A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe*, coordenada por Manuel Correia de Andrade e orientada por Tânia Bacelar, alega que até aproximadamente o final de década de 1960, a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, no contexto do estado, era um centro urbano inexpressivo com atividades urbanas restritas às funções administrativas e um pequeno comércio local, “tendo na *feira*, o ponto de convergência dos produtos e da população, como acontece com todas as pequenas cidades do interior do Nordeste”. A pesquisadora salienta que a base econômica do município era a cultura agropastoril algodão/pecuária/lavoura de subsistência, refletindo as condições precárias da natureza e o processo de povoamento, como em todo Agreste.

A autora observa que “antes do surto de confecções”, a produção urbana era formada de pequenas manufaturas de confecção

de calçados. Supostamente o declínio da atividade calçadista foi resultado da escassez da matéria-prima, o couro, a qual tinha que ser importada, inviabilizando, assim, a produção das pequenas unidades industriais. Outro fator contribuindo com o declínio atribui-se à expansão da indústria do plástico, cujos produtos a preços módicos começaram a competir com os derivados de couro manufaturado. Campello (1983) conclui que foi necessário o declínio daquela atividade para facilitar a expansão da *sulanca*.

Campello (1983) também assinala a acentuação do processo de desruralização no começo dos anos 1980, a qual já vinha se processando desde a década anterior. Segundo a autora, esse resultado acompanha a expansão da atividade de confecções que nos últimos anos de 1970 toma grande impulso. A pesquisa também ressalta que 67% dessa população tinham abaixo de 30 anos e era basicamente feminina, iniciando a trabalhar desde cedo como auxiliar nas tarefas da atividade de confecção. A autora acrescenta que as modificações na estrutura de produção do setor agrário, agravadas pelas estiagens da época, as quais atingiram sistematicamente diversas áreas da região Agreste, contribuíram da mesma forma com o decréscimo da população rural e o elevado crescimento da população urbana.

A pesquisadora ainda argumenta que o equilíbrio entre a cultura do algodão consorciada com as culturas de subsistência, não mais se observa. A pecuária se expandiu em detrimento das lavouras e as estiagens sucessivas também foram destruindo o resto das lavouras ainda existentes. As condições desfavoráveis da agricultura propiciaram uma forte emigração do meio rural e a população rural remanescente foi integrada nas frentes de emergência para o trabalho na ampliação dos açudes do município. Além do mais, a maior parte das terras agricultáveis era de latifúndios para a atividade da pecuária, inviabilizando o sistema de *arrendamento e parceria*. Esse contexto deu lugar a um processo de desruralização devido à evasão da força de trabalho do meio rural.

Ainda conforme Campello (1983), a ampliação das confecções denominadas “sulancas” aconteceu mais intensamente durante as décadas de 1960 e 1970, quando nas residências locais, com a existência

de uma ou duas máquinas de costura, a “mãe de família” confeccionava roupas por encomenda ou por conta própria, as quais eram consideradas “mercadoria de combate, de grito, de pobre, de camelô”. O início do comércio das confecções nas *feiras* não se sabe ao certo, porém as vendas dos *retalhos* são indicadas como tendo surgido em paralelo com as vendas dos produtos básicos alimentícios. A venda das confecções na *feira* das segundas-feiras aconteceu lentamente, se consolidando no final da década de sessenta com o impulso dos *retalhos* vindo de São Paulo e no começo da década de setenta.

Continuando com Campello (1983, p. 74), as toneladas de *retalhos* trazidas de São Paulo pelos caminhoneiros ensejaram a mobilização crescente de pessoas na atividade de produção e comércio de confecções. Essa grande quantidade de *matéria-prima* intensificou a fabricação de confecções de baixa qualidade para serem vendidas na *feira* semanal da cidade e em outros lugares. Assim, expande-se a produção da *sulanca*, confecções populares, de qualidade inferior, sem acabamentos aperfeiçoados, tendo no *sulanqueiro*, o *mascate* que viajava vendendo confecções populares, “versão interiorana do camelô dos grandes centros urbanos”. A partir de 1975 a produção de *sulanca* já era conhecida por todo Nordeste.

4 O CIRCUITO DAS FEIRAS

A *feira livre nordestina* se dá num circuito itinerante numa micro região. Por exemplo: a *feira tradicional* de Santa Cruz acontece às segundas-feiras, a de Jataúba na sexta-feira, já a de Caruaru, que foi a pioneira e é a maior, tem lugar no sábado. Dessa forma, o *feirante* terá diversas oportunidades de oferecer seu produto na mesma semana com pouco deslocamento, ou seja, numa distância curta, dentro da mesma região. Caruaru, como é uma cidade maior, além da *feira* central aos sábados, tem também as dos bairros: no domingo no bairro de São Francisco, na segunda-feira no bairro do Salgado e assim por diante. Alguns *feirantes* ficam somente nesse circuito municipal. Estas são as características de base da *feira nordestina*: *improvisada, temporária e itinerante*. O que os *sulanqueiros* fizeram foi extrapolar esse circuito

micro regional e ampliar sua área de atuação. Por exemplo: numa semana o *sulanqueiro* se deslocava para a região de Feira de Santana, na Bahia e fazia o circuito daquela região. Na outra semana ele se deslocava até a região de Barreiras, também na Bahia, e fazia as *feiras* da semana naquela área. Então, eles voltavam para Santa Cruz, pagavam as *costureiras*, se reabasteciam e saíam em busca de outro circuito de *feiras*. Dessa forma, o produto *sulanca* ficou conhecido pelo Nordeste afora. Verificamos também esta categoria de *feirantes itinerantes* denominada de *sulanqueiros*, por viajarem vendendo o produto *sulanca*, nos depoimentos das pesquisas de Sandra Alves Silva (2009); Alana Moraes (2012) e Glauce Campelo (1983). Devemos ressaltar que atualmente o termo *sulanqueiro* se refere a qualquer pessoa, a qual tenha uma atividade qualquer ligada à fabricação e comércio de *sulanca*, ou seja, que atue no universo múltiplo e diversificado no qual se tornou a *sulanca*. Como da mesma forma, devemos ressaltar que a categoria *retalheiro* não é usada e nem reconhecida no meio da *sulanca*. Esta categoria foi criada a partir das pesquisas dos estudiosos em *migrações nordestinas* em São Paulo, os quais detectaram esta categoria no contexto de industrialização e urbanização daquela cidade nas décadas de 1950 e 1960.

5 A “GRANDE TRANSFORMAÇÃO” DA FEIRA DA SULANCA

Como fato que comprova a evolução econômica de Santa Cruz do Capibaribe a partir da instituição da produção de *sulanca*, Campello (1983) aponta a implantação de agências bancárias importantes na época dessa expansão. Em 1970 foi instalada a Agência do Banco do Brasil, a qual adota três linhas de crédito – custeio, investimento e capital de giro –, que propiciam condições financeiras através de financiamento de máquinas e de outros equipamentos. A atividade de tecidos e confecções detinha, em julho de 1983, 85% das aplicações do Banco do Brasil da parte destinada à indústria e ao comércio, representando 40% das aplicações totais deste banco. Em 1977 foi a vez de o Banco Itaú instalar sua agência com o estilo próprio de banco comercial – operando sem limites rígidos de crédito, ajustando às necessidades daqueles que buscavam no Sudeste

as suas *mercadorias*, efetuando pagamentos à distância mediante cheques visados e financiando passagens aéreas pelo prazo de trinta dias. A Caixa Econômica Federal se instalou em 1981, cujas exigências de crédito apoiavam-se no valor do faturamento do cliente para linha de capital de giro, assim como o Banco do Brasil. Em fevereiro de 1983 foi inaugurada a agência do Banco do Estado de Pernambuco – BANDEPE, a qual adota um programa especial de crédito para o pequeno produtor, com limites de 600 mil cruzeiros e com amortização e custo financeiros ajustados ao funcionamento das pequenas empresas. Como norma geral, o aval era a garantia determinada, comprometendo os empresários mais sólidos e prósperos com a regularidade das operações. Dessa maneira, os líderes do ramo selecionavam a concorrência e controlavam a expansão do crédito.

Campello (1983) salienta que as “fábricas” eram as maiores empresas de confecções e pertenciam aos descendentes dos pioneiros da atividade, os quais desempenharam a atividade de vendedores ambulantes de confecções populares. Essas empresas produziam um padrão de melhor qualidade dirigido a um mercado fora do município e com encomendas feitas previamente. A atração exercida pela cidade como ponto de convergência para o comércio de confecções justifica também a instalação de pequenas novas unidades do ramo sem vínculos com o início da atividade da *sulanca*. Essas microempresas são responsáveis pela produção de artigos populares de vestuário, de produção domiciliar e familiar, transformando a cidade numa grande “oficina” de confecções populares. É justamente nessas pequenas unidades que se encontra a maior parte da força de trabalho da região, gerando emprego e distribuição de renda com reflexos nos demais setores urbanos.

Porém, a *Feira da Sulanca* como instituição independente da tradicional *feira livre* da segunda-feira no pátio da igreja de Santa Cruz do Capibaribe só começou em 1979, dia de quinta-feira. Os depoimentos da pesquisa de Campello (1983) confirmam que a *feira* neste dia começou de uma iniciativa individual. Conta-se que uma *costureira*, ao saber da presença de uns viajantes baianos na cidade foi exibir suas confecções na calçada da sua rua, pois estava em dificuldades financeiras e, assim, outras *costureiras* seguiram o exem-

plo e começaram a expor suas *mercadorias* também neste dia. A princípio os comerciantes estabelecidos protestaram, afirmando que era uma concorrência desleal para seus produtos, mas as mulheres insistiram e terminaram se instalando em bancos de *feiras* neste dia e com o apoio da prefeitura. Naquele mesmo ano acontece a pavimentação da estrada que liga Santa Cruz à BR 104 facilitando mais ainda a sua expansão.

Segundo a análise de Polanyi (2000), essa *metamorfose* da economia anterior para o *sistema auto regulável de mercados* foi mais completa do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e *desenvolvimento*. De acordo com o autor, “a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma *transformação* que é a da substância natural e humana da sociedade em *mercadorias*”. Essa *desarticulação* causada por essa *transformação* desorganiza as relações humanas e aniquila o seu *habitat*. As rendas passam a derivar da venda de alguma coisa e deve ser vista como resultante de uma venda.

O trabalho de Maria Gilca Xavier et al. (2009, p. 2) mostra a *transformação* da paisagem urbana em Santa Cruz do Capibaribe, cuja *feira*, que começou na Rua Siqueira Campos, já ocupava 28 ruas do centro da cidade. A mudança ocorreu a partir do novo empreendimento comercial denominado Santa Cruz Moda Center. De acordo com a autora esta mudança foi feita através de planejamento urbano, “frente às necessidades da sociedade e do capital”. A pesquisadora salienta, a partir de sua tese de doutorado *O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960 – 2000)* (2006), que a expansão da atividade econômica e urbana ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, foi “devido a reestruturação no processo de desenvolvimento do país, a diminuição do parque industrial no centro-sul, a redução de oferta de emprego formal e o declínio das migrações internas”.

No entanto, no nosso entender o que ocorreu foi uma *privatização da feira*, cuja origem nasceu *livre*. A partir da difusão das ideias ultraliberais desde os anos 1980, foram instaladas na região,

instituições como o SEBRAE³ – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – na década de 1990, encarregadas de disseminarem essa “tendência” através da cultura do *empreendedorismo*. O *sulanqueiro*, então, virou *empreendedor*, por sua vez, o produto *sulanca*, virou *confeção* e dentro desta “visão” *modernizante*, influenciada pelos “ventos centrais” anglo-americanos, de que tudo o que não é *Shopping Center*, deve ser considerado precário e degradante, iniciou-se uma campanha de *modernização da feira*. Consideramos, também, esse *movimento* como uma forma estratégica usada pela *pequena burguesia sulanqueira emergente*, para manter o controle e oligopólio da *Sulanca*, dentro da realidade de expansão da *feira* e, por consequência, da “infiltração” de elementos exógenos às origens e raízes da *Sulanca*.

Norman Long (1990) argumenta que a *Teoria da Modernização* visualiza o *desenvolvimento* em termos de um movimento progressivo em direção a formas mais complexas e integradas tecnologicamente e institucionalmente da *sociedade moderna*. Este processo é mantido em movimento através do crescente envolvimento nos mercados de *commodity* e através de uma série de intervenções envolvendo a transferência de tecnologia, conhecimento, recursos e formas organizacionais do mundo mais “desenvolvido” ou setor de um país para partes menos “desenvolvidas”. Dessa forma, a *sociedade tradicional* é dragada pelo mundo *moderno*, mesmo passando por alguns obstáculos, e sua economia e padrões sociais adquirem apetrechos da *modernidade*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que o produto *sulanca* a princípio se nutriu dos resíduos nos “bastidores” da indústria têxtil do Recife e de São Paulo nas décadas de 1950 a 1970, no cenário da “revolução industrial” brasileira do pós-guerra. As relações comerciais na origem eram feitas na base da confiança e do escambo. O mercado para o produto *sulanca* foi expandido a partir dos *sulanqueiros* que viajavam para

³ Ver a respeito Lima (2011).

fazer as feiras em outros estados do Norte e Nordeste. Esse movimento dos *sulanqueiros* fez com que o produto *sulanca* se tornasse conhecido pelos rincões mais remotos do Norte e Nordeste, atraindo clientes e pessoas de fora interessadas em participar da *economia da sulanca*. Houve, então, a expansão das atividades ligadas à *Feira da Sulanca* e emergência e afirmação de uma *pequena burguesia sulanqueira* de origem rural formada pelos pioneiros que mantiveram o controle econômico e o poder político da região e consequentemente promoveram a *modernização e privatização da feira*.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., D. M. Paraibas e Bahianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade. *Travessia*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. São Paulo, nº8, pp. 27-32, set/dez 1990.
- ALVES DA SILVA, Sandra Roberta. A juventude na Sulanca: os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte, PE. 2009. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 177 p.
- ANDRADE, M. M. de. Bairros Além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho. 1991. *Tese* (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, USP, São Paulo, 481 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste – Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005.
- ÂNGELO, A. A presença dos Cordelistas e Cantadores Repentistas em São Paulo. *Cidade*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Ano 2, 1995.
- BACELAR, Tânia. *Nordeste, Nordestes: Que Nordestes?* In: Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro, Recife, Heranças e Urgências, 2000.
- BAPTISTA, D, M. T. Nas Terras do “Deus Dará”: Nordestinos e suas redes sociais em São Paulo. 1998. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 455 p.

- BOSCO, S. H.; JORDÃO NETO, A. *Migrações: estudo especial sobre as migrações internas para o Estado de São Paulo e seus efeitos*. Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, São Paulo, 1967.
- BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, RJ, 1993.
- CAMPELLO, Glauce Maria da Costa. A Atividade de Confecções e a Produção do Espaço em Santa Cruz do Capibaribe. 1983. *Dissertação* (Mestrado em Geografia) Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 155 p.
- COSTA, Ana Cláudia de Arruda Costa. Os efeitos da abertura da economia brasileira na indústria têxtil de Pernambuco: um estudo da década de noventa. 2004. *Monografia* (Bacharelado em Economia) Curso de Ciências Econômicas, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 75 p.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. São Paulo: Global, 2004.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. *Revista Estudos Avançados da USP*, São Paulo, 11(29), 37-54, 1997.
- GOMES, Sueli de Castro. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. *Imaginário*. USP, Vol. 12, nº 13, pp.143-169, 2006.
- GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. A Industrialização Brasileira e a Dimensão Geográfica dos Estabelecimentos Industriais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Vol.7, nº1, pp.17-34, 2005.
- HOBBSAWN, Eric. *En torno a los Orígenes de la revolución industrial*. Espanha: Siglo veintiuno de España Editores, 1988.
- LIMA, Alexandre Santos. “Empreendendo” a Sulanca: O SEBRAE e o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. 2011. *Dissertação* (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, p. 104.
- LONG, Norman. From Paradigm Lost to Paradigm Regained? The Case for an Actor-oriented Sociology of Development. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, nº49, pp.03-32, 1990.

- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria – Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- MARX, Karl. *Le Capital – Critique de L'Économie Politique*. Livre Premier, Le Développement de La production Capitaliste, Tome Premier: La Marchandise et La Monnaie; Tome deuxième: La Production de La Plus-Value Relative, Nouvelle Recherches Sur La Production de La Plus-Value et Tome troisième: L'Accumulation Du Capital, L'Accumulation Primitive, Le Procès d'ensemble de la Production Capitaliste. Traduction de Joseph Roy et entièrement révisée par l'auteur. Paris: Éditions Sociales, 1950.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NUN, José. *O Futuro do Emprego e a Tese da Massa Marginal*. Revista de Ciências Sociais. Vol. 38, nº 152, 1999 e Latin American Perspectives 27(1), jan 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião – SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PINCOVSKY DE LIMA, Mariana Cavalcanti. *A Metamorfose do Belo: uma análise do setor de confecção do Agreste pernambucano*. 2010. *Dissertação* (Mestrado em Engenharia de Produção), Departamento de Engenharia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 127 p.
- PINHEIRO DA SILVA, Eduardo Ramires. *Industrialização no Nordeste do Brasil: a indústria têxtil em Pernambuco – 1940 – 1990*. 1999. *Tese* (Doutorado em Economia) Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 455 p.
- POCHMANN, Márcio. *Desenvolvimento local, proteção social e inclusão: Tipologia de experiências selecionadas no Brasil*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2008.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação – As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2000.
- RABOSSI, Fernando. *Em La Ruta de las Confecciones*. Revista latinoamericana de ciencias sociales, dossier la vida social de la economia, Crítica em desarrollo, nº 2 segundo semestre, 2008.
- REALE, E. B. *Pinheiros, Jardins – Três bairros, três mundos*. São Paulo: Edusp, 1982.

- REIS, Carolina Sciarotta Gomes dos. *Uma História para a cidade de São Paulo: um desafio pedagógico*. Departamento de História, FFLCH – USP. LEMAD – Laboratório de Ensino e Material, 2010.
- SINGER, Paul. *Economia Política e urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- SOUZA, Alana Moraes de. “A gente trabalha onde a gente vive” – A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no Agreste das confecções. 2012. *Dissertação* (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 228 p.
- STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- XAVIER, Maria Gilca Pinto; DE LA MORA, Luis; SARABIA, Mônica Luize. *A cidade de Santa Cruz do Capibaribe e seu dinâmico desenvolvimento local: em foco as mudanças*. 5ème colloque de l’IFBAE, Grenoble, 18 et 19 mai 2009.

Recebido: 22/10/2013.

Aprovado: 29/11/2013.